

GERENCIAMENTO DE RISCOS: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

Resumo

A formulação de um programa eficaz de preservação documental pressupõe o conhecimento detalhado do acervo sob a guarda de uma determinada instituição, de seu(s) valor(es) e uso(s), bem como dos riscos de deterioração e perda de valor a que está sujeito. A metodologia científica de gerenciamento de riscos vem sendo adaptada e utilizada para a seleção de prioridades em preservação de acervos documentais. Este artigo aborda, além da metodologia de gerenciamento de riscos, uma reflexão sobre o papel do cientista da conservação e a importância da abordagem interdisciplinar na elaboração de um programa de gestão em preservação de acervos documentais.

Palavras-chave: Preservação documental. Gerenciamento de riscos. Ciência da conservação.

RISK MANAGEMENT: AN INTERDISCIPLINARY APPROACH

Abstract

The formulation of comprehensive and effective programs for archival records preservation requires detailed knowledge about the records, their values and uses, as well as about the different risks of deterioration and loss of value they are exposed to. In recent years, the methodology of risk management has been adapted and used to inform decisions and help establish priorities in records preservation. This article discusses the application of risk management in the cultural heritage field, highlighting the role of the conservation scientist and the importance of an interdisciplinary approach in developing records preservation management programs.

Key-words: Records preservation. Risk management. Conservation science.

Adriana Cox Hollós
Conservadora, mestre em
Memória Social pela UNIRIO.
Conservadora e assistente do Conselho
Nacional de Arquivos.
adriana@arquivonacional.gov.br

José Luiz Pedersoli Jr.
Cientista da conservação.
Consultor do International
Centre for the Study of the
Preservation and Restoracion of
Cultural Property no Brasil.
jlpedersoli@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, em que a arquivologia alcança uma dimensão científica e interdisciplinar, a preservação de acervos documentais se propõe a contribuir com uma política institucional baseada em análises e levantamentos quantitativos e qualitativos das condições do acervo.

A formulação de um programa eficaz de preservação documental implica em um conhecimento detalhado do acervo sob a guarda de uma determinada instituição, de seu(s) valor(es) e uso(s), bem como dos riscos de deterioração e perda de valor a que está sujeito.

Os riscos resultantes da composição material dos acervos e do ambiente em que estão inseridos, de seu uso e manuseio, e de seu valor econômico, religioso, político, histórico etc. podem ser identificados, analisados e tratados por meio do uso da metodologia de gerenciamento de riscos. Esta metodologia oferece resultados científica e estatisticamente embasados que contribuem para que conservadores, gestores, cientistas, administradores, em um ambiente interdisciplinar, definam as escolhas e prioridades na tomada de decisão inerente ao processo de gerenciamento de um programa de preservação.

O International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM), em parceria com outras instituições como o Canadian Conservation Institute (CCI) e o Netherlands Institute for Cultural Heritage (ICN), bem como outras instituições voltadas à pesquisa e capacitação profissional em diferentes países, têm se dedicado nos últimos anos à adaptação do gerenciamento de riscos para o setor do patrimônio cultural, à sua promoção e difusão em nível internacional.

A seleção para a preservação de volumosos acervos documentais demanda um processo de escolhas, cuja essência é definir menos o que conservar e mais o que menos destruir, e que requer motivações muito intensas para a sua realização.

O que preservar? Por que preservar? Para quem preservar?

Que motivações seriam essas?

Para refletir sobre esta questão, uma vez que reconhecemos que o valor e o uso atribuído a um documento são muito mais que um dado a ser relacionado em uma escala de prioridades para preservação,¹ buscamos uma aproximação com o trabalho desenvolvido por Derrida, que se refere ao conceito de arquivo como uma configuração técnica, política, ética e

¹ Cf. Child (2001).

jurídica e nos mostra que o “arquivo não renuncia jamais a se apropriar de um poder sobre o documento, sobre sua detenção, retenção ou interpretação”. E questiona: “A quem cabe, em última instância, a autoridade sobre a instituição do arquivo?” (DERRIDA, 2001 *apud* BARRETO, 2002, p. 1).

Apropriando-nos desta questão, poderíamos nos perguntar: a quem cabe a autoridade na seleção, naquilo que deverá ser privilegiado em um programa de preservação? Para responder a esta pergunta, recorreremos a Silva (2002), que ao analisar a teorização curricular contemporânea em seu artigo “*Dr. Nietzsche, curricularista – com uma pequena ajuda do professor Deleuze*” nos ajudou a perceber, analogamente, que um processo de seleção de prioridades em preservação deveria discutir, no mínimo, quatro questões centrais: a questão do conhecimento; a questão do sujeito; a questão do poder; a questão dos valores.

Ao dialogarmos com estas questões, compreendemos, a partir de Pimenta (2003), a impossibilidade de se alcançar o conhecimento absoluto e, portanto, queremos ressaltar que no caso aplicado de uma análise de riscos na área da preservação, esta não pode e nem deve ser considerada como algo com um significado substantivo e imutável.

Já as interpretações são resultantes de diferentes pontos de vista, em diferentes situações, a partir de diferentes perspectivas. E por essa razão é que, para nós, a questão essencial que queremos sublinhar é que nenhuma decisão em preservação pode ou deve ser tomada baseada em um levantamento que não seja interdisciplinar.

Além desse aspecto, é importante ressaltar que sob o ponto de vista político, as escolhas podem ser revisitadas, a qualquer tempo, para modificar ou remanejar as prioridades apontadas em um levantamento desse tipo. Por meio de ações preventivas de conservação, somos capazes de alterar o ambiente e as condições de guarda do acervo, dando-lhe melhores condições de preservação.

Por outro lado, parece já haver algum consenso entre arquivistas, documentalistas e conservadores sobre o fato de que a conservação física de toda a documentação produzida e guardada nas instituições arquivísticas é não somente improvável como desnecessária.

Por essa razão, abordaremos alguns aspectos da gestão documental, mais especificamente no que se refere à avaliação arquivística, baseados em referências de Jardim (1995) que, em seu artigo *A invenção da memória nos arquivos públicos*, critica a falta de cunho científico nos mecanismos de gestão documental, meio pelo qual se dá estatuto a uma

massa documental, muitas vezes relegada ao esquecimento. Jardim explicita a forma como se dão esses mecanismos:

À medida que a informação arquivística torna-se menos utilizada ao longo do processo decisório, tende-se a eliminá-la ou a conservá-la temporariamente [...]. Para tal, consideram-se as possibilidades de uso eventual da informação pelo organismo produtor, ou a sua condição de documento de valor permanente. A esta configuração chegariam, segundo a Unesco, 10% dos documentos produzidos [...], após submetidos a um processo de avaliação e seleção [...] (JARDIM, 1995, p. 3).

E destaca a importância da avaliação e da seleção de documentos, em função do volume e da diversidade de suportes e formatos documentais, para a construção do patrimônio documental brasileiro. Para ele, temos, de um lado, a escassez de recursos arquivísticos e, de outro, a necessidade de que os documentos, produzidos e acumulados por uma organização, sejam necessariamente submetidos a um processo de avaliação.

Ao se refletir sobre os milhares de metros lineares de documentos que se perdem a cada dia diante desse quadro, devemos buscar meios para integrar a gestão e a preservação documental em ações conjuntas durante o processo de avaliação arquivística, reconhecendo a importante contribuição que os métodos estatísticos, tais como o gerenciamento de riscos, podem oferecer nesse processo. Por outro lado, não se pode esquecer o importante papel que a ciência da conservação vem desempenhando nos últimos anos ao pesquisar a estrutura físico-química e os mecanismos de deterioração dos suportes físicos e materiais da nossa memória social. Com essas importantes contribuições somos capazes de estimar com maior precisão as alterações materiais futuras desses objetos e através de ações preventivas e curativas nos anteciparmos à sua perda.

Em 2002, durante o I Simpósio de Técnicas Avançadas em Conservação de Bens Culturais, em Belo Horizonte, foi redigida a Primeira Carta de Olinda (2006) que explicita o papel da ciência da conservação na preservação de bens culturais, como sendo:

[...] A área de ciência e tecnologia voltada para a conservação de bens culturais que estuda a natureza material destes bens, desenvolvendo métodos de análise, datação e de avaliação de técnicas e processos de intervenção, possibilitando portanto materiais e métodos para o entendimento e o tratamento das degradações e suas manifestações, contribuindo ainda para estratégias de conservação preventiva de bens culturais.

Importante salientar que no que se refere às questões epistemológicas da preservação, não se deve pensar que a ciência da conservação, por si só, seja capaz de creditar o caráter científico da preservação. A cientificidade da preservação não está restrita ao âmbito dos laboratórios de análises físico-químicas. As Ciências Sociais e Humanas, também têm contribuído de forma significativa nesse processo de salvaguarda dos bens culturais, cujos valores transcendem a materialidade e se concentram em seu uso e interações com indivíduos e sociedades.

2 GERENCIAMENTO DE RISCOS

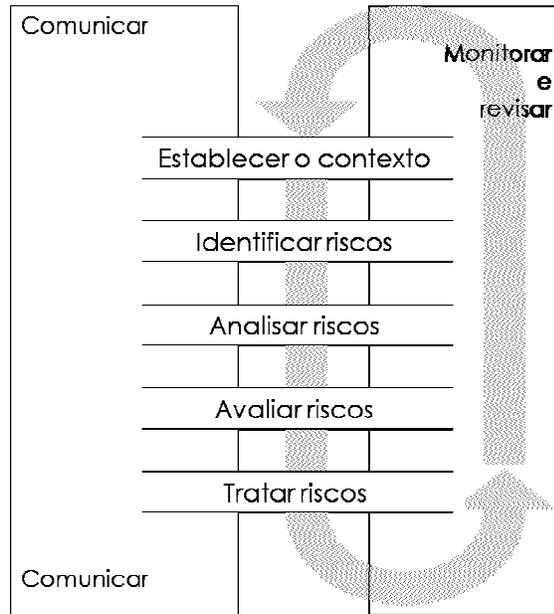
A norma técnica australiana e neo-zelandesa para gerenciamento de riscos, a mais utilizada internacionalmente e precursora da norma internacional ISO 31000 – ainda não implantada – sobre o mesmo tema, define risco como “a chance de algo acontecer causando um impacto sobre objetivos”. A mesma norma define gerenciamento de riscos como “a cultura, processos e estruturas voltados para a concretização de oportunidades potenciais e para o manejo de efeitos adversos” (STANDARDS AUSTRÁLIA, 2004).

A disciplina sobre gerenciamento de riscos, na forma abrangente e integrada como se vê atualmente, teve suas origens na década de 1970. Inicialmente associado ao mercado de seguros, o gerenciamento de riscos é hoje amplamente utilizado por organizações públicas e privadas em vários setores: saúde, meio ambiente, negócios, (bios)segurança etc.

Sua aplicação possibilita estabelecer prioridades e instruir tomadas de decisão, baseando-se em estimativas científica e estatisticamente fundamentadas da probabilidade de ocorrência, da natureza e da magnitude de impactos futuros sobre os objetivos da organização.

O gerenciamento de riscos pressupõe a implantação de um processo de gestão contínuo na organização e o apoio e envolvimento de todos os seus segmentos. Segundo a norma técnica australiana e neo-zelandesa, esse processo (Figura 1) é constituído por cinco etapas sequenciais e duas contínuas.

Figura 1 - Processo de gestão



Fonte: Adaptação das normas técnicas australiana e neo-zelandesa.

Etapas sequenciais:

1) **estabelecer o contexto** em que os riscos serão gerenciados (explicitar os objetivos da organização, definir o horizonte de tempo do processo, as partes e atores internos e externos à organização a serem envolvidos, os ambientes internos e externos em que o processo ocorrerá, os critérios para avaliação de riscos);

2) **identificar os riscos** de forma sistemática e abrangente;

3) **analisar os riscos** para quantificar sua magnitude (ou seja, sua probabilidade de ocorrência e o impacto esperado);

4) **avaliar os riscos** para decidir quais deles serão tratados e com que prioridade (comparando suas magnitudes e incertezas entre si e com critérios previamente estabelecidos, identificando causas e aspectos em comum e considerando-os detalhadamente dentro de seu contexto);

5) **tratar os riscos** identificados como prioridade para reduzi-los a níveis aceitáveis, segundo planejamento desenvolvido para tal e baseado no estudo sistemático e seleção de opções de tratamento (em termos de benefício-custo, redução simultânea de riscos múltiplos etc.).

As etapas contínuas e necessárias ao sucesso do gerenciamento de riscos são a consulta e comunicação com todos os atores e as partes interessadas e o monitoramento e revisão do processo.

Introduzido no campo do patrimônio cultural há pouco mais de 15 anos (BROKERHOF et al, 2007), o gerenciamento de riscos vem despertando o interesse e aplicação crescentes por parte da comunidade de conservadores. Esta metodologia de gestão representa um avanço em relação à abordagem atual da conservação preventiva do patrimônio, permitindo e estimulando o estabelecimento eficaz de prioridades para alocação de recursos a partir de uma visão integrada de todos os possíveis danos e perdas de valor para o patrimônio.

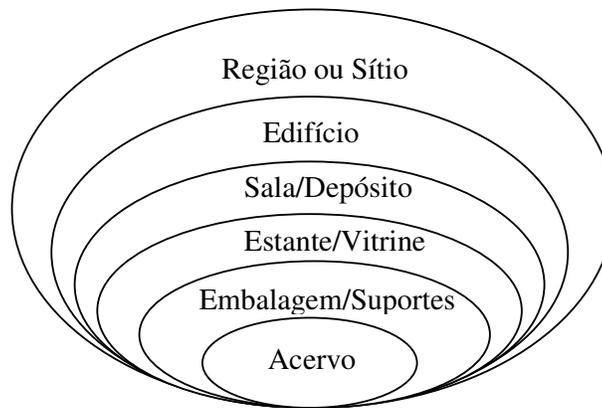
Partindo do pressuposto de que a missão das instituições responsáveis pela guarda e difusão dos acervos é o de “manter o patrimônio cultural para o futuro com a menor perda de valor possível”, o gerenciamento de riscos requer, como parte fundamental do estabelecimento do contexto, o mapeamento da distribuição do valor (significância) total do acervo entre os diferentes (grupos de) itens que o compõem. Este procedimento implica reconhecer e quantificar explicitamente as diferenças de valor (significância) existentes entre diferentes itens ou grupos de itens do acervo, fornecendo os dados necessários à quantificação da magnitude dos riscos. A identificação de riscos ao acervo pode ser estruturada sistematicamente considerando-se a ação de dez agentes de deterioração² (forças físicas, criminosos, fogo, água, pestes, poluentes, luz/UV, temperatura incorreta, umidade relativa incorreta, dissociação) em seis diferentes níveis de “envoltórios” dos itens que compõem o acervo (região, sítio, edifício, sala, vitrine/estante, embalagem/suporte) (Figura 2).

A análise ou quantificação da magnitude dos riscos é feita a partir da quantificação da frequência ou velocidade em que se espera que o dano ocorra, juntamente com a perda de valor para o acervo decorrente da extensão do dano causado e da fração afetada. Uma vez determinadas as magnitudes dos riscos para o acervo é possível compará-los e, juntamente com critérios complementares, estabelecer prioridades para seu tratamento e mitigação.

O desenvolvimento de opções para o tratamento de riscos também pode ser estruturado de forma sistemática considerando-se cinco possíveis estágios de controle de riscos (evitar, bloquear, detectar, responder ao agente e recuperar do dano causado pelo agente) para cada um dos seis níveis de “envoltórios”:

² Cf. <<http://www.cci-icc.gc.ca/crc/articles/mcpcm/index-eng.aspx>>.

Figura 2 - Níveis envoltórios



Fonte: MICHALSKI (2004).

A implantação bem sucedida do gerenciamento de riscos dentro de um programa de preservação requer uma abordagem interdisciplinar, em que a ciência da conservação e outros ramos das Ciências Naturais, Sociais e Humanas têm muito a contribuir entre si e com outras disciplinas relacionadas ao conhecimento, usos e conservação de acervos. Como exemplo, podemos citar a análise de riscos relacionada a desastres naturais que requer o conhecimento especializado em climatologia, vulcanologia, sismologia etc., tipicamente associado ao uso de sistemas de informação geográfica e ao conhecimento aprofundado dos valores do patrimônio para os diferentes grupos de interesse; no caso de processos contínuos de degradação (como, por exemplo, a hidrólise de materiais celulósicos ou a corrosão de metais) a ciência da conservação é essencial para o fornecimento de dados precisos e confiáveis que permitam prever as taxas ou velocidades de degradação. Cabe ainda ao cientista da conservação contribuir para o desenvolvimento de procedimentos e dispositivos de detecção para diferentes agentes de deterioração, bem como para o desenvolvimento e validação de tratamentos e materiais de conservação para bloquear ou responder a diferentes agentes e, se necessário, recuperar acervos danificados. Obviamente, o impacto da ciência e do cientista da conservação sobre a qualidade das ações de preservação documental e mais especificamente do gerenciamento de riscos dependerá significativamente do grau de participação e comunicação com as demais disciplinas e profissionais envolvidos no processo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poderíamos afirmar que a atualidade da arquivologia impõe um pensar e fazer interdisciplinares para que se alcance uma maior eficácia dos instrumentos de gestão e preservação.

Sem dúvida, a produção e a difusão do conhecimento em preservação documental e sua aproximação e integração com a Arquivologia, mais especificamente com a gestão documental, pode em muito contribuir para aumentar o alcance da Política Nacional de Arquivos nos estados e municípios brasileiros, preconizada pela Lei n. 8.159 de 08 de janeiro de 1991 (BRASIL, 1991).

Devemos cada vez mais nos distanciar de um modelo compartimentalizado com o qual estamos acostumados a lidar e buscar o encontro, a convivência e a troca permanente de informações como forma de potencializar nossas experiências no processo de formação e preservação do patrimônio documental brasileiro.

REFERÊNCIAS

BARRETO, A. A. Recensões. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, abr. 2002. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr02/F_I_rec.htm>. Acesso em: 11 mar. 2009.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. 1991. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 26 mar. 2009.

BROKERHOF, A. et al. Interfacing research and risk management for a better safeguarding of cultural heritage, In: EUROPEAN CONFERENCE "SAUVEUR" SAFEGUARDED CULTURAL HERITAGE, 7., 2006. Prague. **Proceedings...** Prague: ITAM; ARCCHIP, 2007, p. 1030-1033. (v. 2)

CHILD, M. S. Considerações complementares sobre “Seleção para preservação – uma abordagem materialística” In: HAZEN D. et al. **Planejamento de preservação e gerenciamento de programas**. Rio de Janeiro: Projeto CPBA; Arquivo Nacional, 2001.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1995.

MICHALSKI, S. Care and Preservation of Collections. In: BOYLAN, P. J. (Ed.). **Running a Museum: a practical handbook**. Paris: International Council of Museums, 2004. p. 51-90.
Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001410/141067e.pdf> >. Acesso em: 07 mar. 2009.

PIMENTA, S. **Os abismos da suspeita: Nietzsche e o perspectivismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

PRIMEIRA CARTA DE OLINDA. Olinda, 2002. Disponível em: [http: < www.restaurabr.org/siterestaurabr/home.html >](http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/home.html). Acesso em: 31 mar. 2009.

SILVA, T. T. Dr. Nietzsche, curricularista: com uma pequena ajuda do professor Deleuze. In: MOREIRA, A. F. B.; MACEDO, E. F. (Org.). **Currículo, práticas pedagógicas e identidades**. Porto: Porto Editora, 2002. p. 35-52.

STANDARDS AUSTRÁLIA. **Norma AS/NZS 4360:2004**, Risk management. Joint Australian/New Zealand Standard. Disponível em: <<http://www.riskmanagement.com.au/Default.aspx?tabid=148> >. Acesso em: 06 mar. 2009.